

A diminuição dos impactos ambientais no agronegócio

Autoria

Ana Julia Favoretto de Oliveira

Administração/Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium

Professor Orientador

Francisco Cesar Vendrame

Resumo

Com o avanço tecnológico e a crescente demanda por produção de alimentos, o agronegócio acabou se tornando grande responsável pelo crescimento na economia. Porém com este setor econômico em crescente desenvolvimento surgiu também um aumento na degradação do meio ambiente, com isso a Gestão Ambiental surgiu com o objetivo de que este importante setor da economia nacional venha crescer de forma sustentável, diminuindo os impactos ambientais. Com relação é isto é indispensável que a gestão ambiental seja incorporada nas políticas da empresa e não seja apenas algo que está sendo planejado. O presente artigo relata através de um detalhado estudo bibliográfico, a origem e evolução da gestão ambiental. Porém não é necessário apenas conhecimento nesta área. É importante que os gestores, saibam o que é necessário para que uma organização seja conhecida como sustentável, se a organização em foco atinge as três dimensões da sustentabilidade, ou seja, se ela é economicamente rentável, tem responsabilidade social com a comunidade ao redor e se é ambientalmente responsável. Os impactos ambientais que podem ser ocasionados por falta de planejamento adequado referente às instalações também deve ser uma preocupação, e o quanto é importante manter o foco no desenvolvimento do agronegócio. Todos estes requisitos são importantes para que se haja o equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento de uma comunidade, mas que não seja afetada nem a geração presente e muito menos as gerações futuras, proporcionando assim um ambiente em desenvolvimento sustentável e com geração de renda.

Área Temática

Sustentabilidade Socioambiental

A DIMINUIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO AGRONEGÓCIO

A DIMINUIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO AGRONEGÓCIO

Autoria

Ana Julia Favoretto de Oliveira
Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – Lins/SP

Resumo: Com o avanço tecnológico e a crescente demanda por produção de alimentos, o agronegócio acabou se tornando grande responsável pelo crescimento na economia. Porém com este setor econômico em crescente desenvolvimento surgiu também um aumento na degradação do meio ambiente, com isso a Gestão Ambiental surgiu com o objetivo de que este importante setor da economia nacional venha crescer de forma sustentável, diminuindo os impactos ambientais. Com relação a isto é indispensável que a gestão ambiental seja incorporada nas políticas da empresa e não seja apenas algo que está sendo planejado. O presente artigo relata através de um detalhado estudo bibliográfico, a origem e evolução da gestão ambiental. Porém não é necessário apenas conhecimento nesta área. É importante que os gestores, saibam o que é necessário para que uma organização seja conhecida como sustentável, se a organização em foco atinge as três dimensões da sustentabilidade, ou seja, se ela é economicamente rentável, tem responsabilidade social com a comunidade ao redor e se é ambientalmente responsável. Os impactos ambientais que podem ser ocasionados por falta de planejamento adequado referente às instalações também deve ser uma preocupação, e o quanto é importante manter o foco no desenvolvimento do agronegócio. Todos estes requisitos são importantes para que se haja o equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento de uma comunidade, mas que não seja afetada nem a geração presente e muito menos as gerações futuras, proporcionando assim um ambiente em desenvolvimento sustentável e com geração de renda.

Palavras-chave: Impactos ambientais. Gestão Ambiental. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico intenso fez com que a agricultura perdesse o sentido de ser somente rural e passou a depender de muitos outros serviços decorrentes da fase antes da porteira e dos que ocorre depois da porteira que é a produção, estocagem e infraestrutura diversa.

Com tantas mudanças o setor agropecuário passou a ser chamado de agribusiness. E vem crescendo atualmente, devido à grande procura por produtos agrícolas, além de ser uma atividade eficiente e rentável.

As atividades agropecuárias sobreviviam de forma extrativista, retirando o que a natureza lhes oferecia e as propriedades produziam e industrializavam tudo de que dependia. Qualquer referência feita sobre a agricultura se relacionava apenas ao conjunto de atividades do meio rural.

Com essa cultura, os líderes viram que era necessário reparar os erros cometidos no passado e evitar que novos surgissem. Então foi criada a Gestão Ambiental, para que houvesse um Desenvolvimento Sustentável.

O presente artigo tem como objetivo, verificar a importância da sustentabilidade no agronegócio para diminuição dos impactos ambientais. Que será realizado um detalhado estudo bibliográfico sobre gestão ambiental, sustentabilidade e suas dimensões, impactos ambientais e agronegócio.

2. GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental é um conjunto de procedimentos que orientam a implantação de projetos de forma adequada para que haja o menor impacto possível no meio ambiente. Ela vem se tornando vital para a organização pois demonstra uma correta manutenção e o desenvolvimento cada vez mais sustentável tanto para a atual quanto para as futuras gerações.

De acordo com Dias (2009, p.89), gestão ambiental é "... a gestão cujo objetivo é conseguir que os efeitos ambientais não ultrapassem a capacidade de carga do meio onde se encontra a organização, ou seja, obter-se um desenvolvimento sustentável."

A preocupação com a gestão ambiental se deu logo após o Brasil passar por um intenso processo de industrialização, que ocorreu com o êxodo rural. Com a população urbana crescendo cada vez mais os impactos ambientais se intensificaram em torno dos grandes centros.

A partir destes fatos o Governo criou diversos órgãos de fiscalização ambiental, como por exemplo, IBAMA, CETESB, entre outros, estes por sinal tinham um objetivo em comum que era o controle ambiental. Porém não eram de obrigatoriedade o que fez com que os impactos ambientais não diminuíssem da maneira como deveriam.

Uma medida que foi implantada e contribuiu para o incremento de ações mais responsáveis em relação ao meio ambiente foi a obrigatoriedade, a partir de 1986, dos estudos de impacto ambiental quando da instalação de novas unidades industriais e outros empreendimentos de vulto, como represas, construção de estradas, etc. (DIAS, 2009, p. 85).

Com a crescente degradação do meio ambiente, líderes mundiais preocupados com o futuro de suas nações começaram a se reunir para discussões sobre medidas que ajudariam as empresas a se desenvolverem de forma mais sustentável. Uma das reuniões foi a Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre a Gestão Ambiental (WICEM II) que foi realizada em Roterdã, na Holanda em 1991, onde um grande número de corporações assinou uma Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, ou mais conhecida Carta de Roterdã, que tinha

como princípios: Prioridade na empresa; Gestão Integrada; Processo de aperfeiçoamento; Formação do pessoal; Avaliação prévia; Produtos e serviços; Conselhos de consumidores; Instalações e atividades; Pesquisas; Medidas preventivas; Empreiteiros e fornecedores; Planos de emergência; Transferência de tecnologias; Contribuição para o esforço comum; Abertura ao diálogo e Cumprimento de regulamentos e informação.

“Com base nesta carta e na necessidade de o meio empresarial se adaptar as novas exigências em relação às questões ambientais, o British Standards Institute (BSI), lançou em 1992 a norma BS 7750.” (DIAS, 2009, p.88).

Com a criação da norma BS 7750, a Organização Internacional de Normalização (ISO), propôs que se criasse um Comitê Técnico ISO/TC-207, que foi aprovado pelo Conselho da ISO, que deu início a elaboração da nova ISO série 14000.

“A implantação da norma ISO 14000 possibilita a padronização de procedimentos de avaliação e sistematização de processos ambientalmente corretos no âmbito interno das empresas, que tem validade universal.” (DIAS, 2009, p.89).

As normas ISO, foram criadas com o intuito de se estabelecer ferramentas e diretrizes para uma gestão ambiental. Busca ainda algumas ferramentas de análise, como por exemplo, Rotulagem Ambiental e Análise de Ciclo de Vida.

As normas legais são referências obrigatórias para as empresas que pretendem implantar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A violação das normas legais ou seu desconhecimento afetam de forma significativa os investimentos das empresas, além de afetar sua capacidade de intervenção no mercado. (DIAS, 2009, p.89)

No início, as empresas utilizavam medidas corretivas para reparar os danos causados pelas atividades realizadas por elas. Por conta desta cultura, as medidas foram sendo aplicadas mesmo com os avanços tecnológicos. Algumas medidas corretivas adotadas pelas empresas é a reciclagem, filtragem de resíduos, reutilização de recursos captados da natureza, entre outras.

Porém para que as empresas tenham um desenvolvimento sustentável, é necessário que as medidas corretivas sejam substituídas por medidas preventivas.

Qualquer empresa pode aplicar um sistema de gestão ambiental, seja ela de grande ou pequeno porte e de qualquer setor. Estas por sua vez podem adotar medidas como redução no consumo de água e energia, reciclar os produtos que não estão apropriados para comércio.

Dias afirma ainda que “O Sistema de Gestão Ambiental é o conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para a implantação de uma política ambiental em determinada empresa ou unidade produtiva.

“Uma das vantagens competitivas que uma empresa pode alcançar através da gestão ambiental é a de melhorar sua imagem no mercado, o que está se tornando a cada dia mais concreto devido o aumento da consciência ambiental dos consumidores.” (DIAS, 2009, p.91)

Porém, para que se implante uma gestão ambiental é necessário que haja uma mudança cultural, pois assim, os costumes presentes desde o início e que não sejam de acordo com o novo sistema sejam combatidos e os costumes positivos presentes no ambiente externo sejam trazidos para dentro das organizações obedecendo as políticas de cada uma.

A adoção de um Sistema de Gestão Ambiental implica uma mudança de mentalidade de toda a organização, desde os altos

escalões até os níveis inferiores da organização. Implica uma mudança da cultura organizacional com a incorporação da variável ambiental no dia-a-dia das pessoas que integram a empresa. Por outro lado, a mudança de cultura organizacional também envolve mudança de atitude com respeito ao ambiente externo da organização. (DIAS, 2009, p.101)

O ambiente externo deve passar a ser um componente que influi diretamente na competitividade da empresa, e os quadros dirigentes da organização devem participar ativamente dos eventos realizados, em torno de questão ambiental, na comunidade local, influenciando diretamente na tomada de decisões e fornecendo instrumental técnico (e pessoal) que contribua para a elucidação dos processos biológicos que envolvem o entorno da empresa. (DIAS, 2009, p.101)

Em relação a competitividade no mercado, Dias diz que “O nível de competitividade de uma empresa depende de um conjunto de fatores, variados e complexos, que se inter-relacionam e são mutuamente dependentes.” (2009, p. 52)

A penetração do conceito de desenvolvimento sustentável no meio empresarial tem se pautado mais como um modo de empresas assumirem formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a eco-eficiência e a produção mais limpa, do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável. Embora haja um crescimento perceptível da mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no ambiente interno das organizações, voltada prioritariamente para processos e produtos. (DIAS, 2009, p.38)

3.SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade é utilizado para relacionar aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais que busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras.

De acordo com o dicionário Aurélio, sustentabilidade é: Qualidade ou propriedade do que é sustentável, do que é necessário à conservação da vida.

A primeira definição sobre Desenvolvimento Sustentável, foi apresentada na Comissão de Brundtland. No relatório que foi exposto, a definição para um desenvolvimento sustentável foi que deveria ter uma harmonia entre o homem e a natureza onde vive.

O tema SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL a partir de uma racionalidade econômica se transformará brevemente em padrão de mercado, porque o termo não é moda, mas uma maneira de trabalhar, e a missão do Sebrae já contempla esse conceito. (SANTOS, 2012,p.77)

De acordo com Dias (2009), ainda há muito o que se fazer para que as empresas se tornem agentes do desenvolvimento sustentável.

Santos escreve que, “... o desenvolvimento será sustentável somente se forem consideradas as suas três dimensões: o aspecto ambiental, a questão social e o viés econômico.” (SANTOS, 2012, p. 77)

Quando se fala que a sustentabilidade tem que apresentar um viés econômico, quer dizer que a empresa tem que ser economicamente viável aos seus donos. Dias escreve que, “Seu papel na sociedade deve ser cumprido levando em consideração esse aspecto da rentabilidade, ou seja, dar retorno ao investimento realizado pelo capital privado.” (DIAS, 2009, p.40)

Em relação aos termos sociais, a empresa deve satisfazer a todas as necessidades de seus empregados, criando um ambiente harmonioso de trabalho e levando em consideração a diversificação das culturas existentes na sociedade.

“Além disso, seus dirigentes devem participar ativamente das atividades socioculturais de expressão da comunidade que vive entorno da unidade produtiva.” (DIAS, 2009, p.40)

E sobre o aspecto ambiental, a organização deve optar pela produção mais limpa, buscar não contaminar o ambiente externo, desenvolver uma cultura ambiental da organização, entre outros.

Do ponto de vista ambiental, deve a organização pautar-se pela eco-eficiência dos seus processos produtivos, adotar a produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional, adotar uma postura de responsabilidade ambiental, buscando a não-contaminação de qualquer tipo de ambiente natural, e procurar participar de todas as atividades patrocinadas pelas autoridades governamentais locais e regionais no que diz respeito ao meio ambiente natural. (DIAS, 2009, p.40)

Pedro Luiz Passos, sócio-fundador e presidente do Conselho de Administração da Natura Cosmético, uma empresa sustentável, relata que:

“... não basta ser ecoeficiente e melhorar um pouco o que estamos fazendo. Precisamos ser transformadores no modo de ver o futuro e no sentido de causar algum impacto social relevante. Não existirá no futuro uma única empresa que não tenha preocupação com os resultados econômicos e com os socioambientais. Esta empresa não existirá. (PASSOS, 2012, p.95)

Não existe sustentabilidade sem competitividade, e, neste quesito, é hora de compreender que o sucesso do passado não é garantia de sucesso futuro e que, se não acordarmos rapidamente para enfrentar os desafios do presente, quando fizermos já teremos perdido o futuro. (BUAINAIN, 2014)

Dias (2009) diz que em relação a competitividade no mercado, é importante levar em consideração diversos fatores que estão relacionados com as atividades desenvolvidas pela organização, como por exemplo, os custos, qualidade dos produtos, os recursos humanos utilizados, tecnologia, entre outros.

Ocorre que nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido cada vez mais uma posição destacada, em termos de competitividade, devido aos benefícios que traz ao processo produtivo como um todo e a alguns fatores em particular que são potencializados. (DIAS, 2009, p.52)

De acordo com Carlos Alberto dos Santos, diretor técnico do Sebrae, no futuro a competitividade e o desenvolvimento sustentável serão inter-relacionados.

Só haverá competitividade no futuro se o modelo de negócio for sustentável; competitividade passa pela questão ambiental, pela eficiência econômica e pela contribuição social. Nesse aspecto, o Brasil tem dado exemplos importantes na última década. (SANTOS, 2012, p.76)

Já Passos (2012), relata que para a existência de qualquer empresa, será necessário que haja, por parte de seus dirigentes uma preocupação com os resultados econômicos e com os resultados socioambientais.

De acordo com Passos (2012), “Ninguém mais compra o fútil, ou o caro, como demonstração de força. As marcas fortes estão perdendo valor. O consumidor busca

marcas que têm conceitos, significado – muito diferente do que é simplesmente caro. Para mim, este é o ativismo dos consumidores.” (PASSOS, 2012, p.99)

Passos (2012), termina sua fala dizendo:

Temos um longo caminho pela frente, mas queremos mudar e provar que podemos alcançar uma economia do século XXI baseada na inovação empreendedora, que transforme conhecimento em inovação e inovação em desenvolvimento sustentável. (PASSOS, 2012, p.103)

4.IMPACTOS AMBIENTAIS

Desde o princípio da colonização, os biomas brasileiros sofrem com as práticas realizadas. No início, os biomas mais afetados foram a Caatinga e a Mata Atlântica sofrem com as práticas da pecuária extensiva, o cultivo da cana-de-açúcar, as práticas extrativistas deste bioma, entre outros.

Com a população mundial aumentando e assim sendo, a necessidade por alimento também está crescendo e elevando o valor das commodities agrícolas – que são produtos que podem ser utilizados como matéria-prima e serem estocados sem perder a qualidade.

Porém, sabe-se que é inevitável que não haja alterações ambientais com a implantação de algum projeto, pensando nisso o IBAMA, nas suas atribuições, em 1986, descreveu nas resoluções do Conama, que resolve:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Com a expansão do agronegócio, isto se torna animador do ponto de vista econômico. Porém, ele se torna preocupante no tocante aos impactos ambientais, por se tornar inevitáveis neste crescimento.

Na incessante busca pelo crescimento econômico, as empresas acabam desrespeitando a legislação ambiental e então surgem os impactos ambientais, como o desmatamento, que foi o caso da Mata Atlântica, a perda da biodiversidade, que é uma das consequências do desmatamento, há também a degradação do solo, devido o uso de máquinas e implementos agrícolas pesados, contaminação dos mananciais devido o uso excessivo de agrotóxicos.

Portanto, é necessário que haja uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), que é um instrumento de política ambiental e também foi criado pelo IBAMA. É formado por um conjunto de procedimentos que é capaz de mensurar desde o início de instalação de um projeto os impactos que este irá causar e as possíveis alternativas a serem adotadas.

Permite que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerados. Além disso, os procedimentos devem garantir a adoção das medidas de proteção do meio ambiente determinadas, no caso de decisão sobre a implantação do projeto. (NETO, et.al., 2008, p. 144)

De acordo com Neto (2008) “A AIA tem por objetivo final a implementação de propostas com custos sociais reduzidos, através da otimização dos benefícios e

diminuição dos danos ao meio ambiente e às comunidades afetadas.” (NETO, et.al, 2008, p.145)

Existem vários tipos de impactos ambientais, e estes podem ser classificados como impactos positivos, impactos negativos, impactos diretos, impactos indiretos, impacto local, impacto temporário e impactos cíclicos.

Impacto positivo: quando a ação resulta na melhoria da qualidade de um fator ou parâmetro ambiental; - Impacto negativo: quando a ação resulta em um dano à qualidade de um fator ou parâmetro ambiental; - Impacto direto: resultado da simples ação causa e efeito; - Impacto indireto: resultante de uma reação secundária, ou quando é parte de uma cadeia de reações; - Impacto local: quando a ação afeta o próprio local e suas imediações; - Impacto temporário: quando o feito da ação tem duração determinada; - Impacto cíclico: quando os efeitos se manifestam em intervalos de tempo determinados. (NETO, et.al, 2008, p.150).

Qualquer atividade agrícola que emprega recursos naturais, como água e solo, e usa insumos e defensivos químicos, como fertilizantes e praguicidas, provoca algum impacto ambiental. Contudo, é possível reduzir quaisquer impactos, ao fazer planejamento, ocupação criteriosa do solo agrícola e emprego de técnicas de conservação para cada cultura e região. (RAMOS, LUCHIARI JR. 200_)

5. AGRONEGÓCIO

De acordo com Silva (2016), entende-se como agronegócio a totalidade das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, do armazém, do processamento e distribuição. E, ainda, o conjunto de serviços financeiros, de transporte e marketing.

A autora ainda escreve que é comum associar-se o agronegócio somente a produtos *in natura*, no entanto, esse segmento produtivo é muito mais abrangente.

Segundo Silva (2016), o agronegócio atualmente ocupa um lugar de destaque na economia mundial sendo o maior negócio da economia brasileira e mundial, pois garante o sustento alimentar das pessoas e sua manutenção.

Para Silva (2016), a compreensão do agronegócio, em todos os seus componentes, é uma ferramenta indispensável a todos os tomadores de decisão, para que formulem políticas e estratégias com maior previsão e máxima eficiência.

Pode-se definir *agribusiness* como um sistema integrado de uma cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia, etc., desde a origem vegetal/animal até produtos finais.

Entende-se também como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamento e distribuição dos itens produzidos a partir deles.

Para Silva (2016), é importante ressaltar que no agronegócio, é necessário organizar e levar em conta todos os segmentos envolvidos direta ou indiretamente na produção seja na distribuição ou comercialização dos produtos agropecuários.

Por isso, é fundamental compreender o agronegócio dentro da visão de sistemas que engloba os setores denominados “antes da porteira”, “dentro da porteira (ou durante) a porteira” e “após a porteira”.

O ambiente econômico e social no qual o agronegócio está inserido tem-se tornado cada vez mais complexo e diversificado. Com isso, o sistema agroindustrial passa a ser inserido no agronegócio como um conjunto de atividades que concorrem para a produção de insumos até a obtenção do produto final.

Essa compreensão torna-se uma ferramenta indispensável aos gestores, para tornar possível a elaboração e implementação de políticas e estratégias dotadas de maior eficiência.

De acordo com Silva (2016), os sistemas agroindustriais consideram todos os setores envolvidos, bem como as organizações que efetivamente atuam em cada um deles, a saber: antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. Cada um desses sistemas possui características particulares.

O segmento antes da porteira representa o ponto de origem para qualquer sistema agroindustrial.

Os seguimentos produtivos que se realizam no processo dentro da porteira constituem a produção agropecuária propriamente dita, os quais são divididos em agricultura e pecuária.

E o segmento depois da porteira é constituído basicamente pelas etapas da comercialização, agroindustrialização e distribuição dos produtos agropecuários até atingir os consumidores.

Silva (2016), diz que o agronegócio está associado à maneira pela qual a gestão está incorporada a diversas práticas e relacionadas às organizações industriais, comerciais e prestadoras de serviços.

Com isso, a administração enfrenta o desafio de atenuar ou remediar a irregularidade natural dos trabalhos agrícolas intensificando outras atividades conexas ou reparando benfeitorias.

“Nas próximas décadas, o maior desafio dos profissionais ligados ao agronegócio será como planejar, implementar e conduzir modelos produtivos que sejam inovadores, ambientalmente corretos e socialmente justos em seus territórios rurais.” (ZUIN, QUEIROZ, 2015, p.3)

“Historicamente, a busca de maior lucratividade foi o impulso mais significativo para que ocorresse o desenvolvimento dos empreendimentos rurais.” (ZUIN, QUEIROZ, 2015, p.4)

Na última década, por pressão por alguns mercados consumidores, dois pressupostos produtivos começaram a ser cobrados tanto dos territórios rurais como dos demais agentes que compõem a cadeia produtiva do agronegócio. O primeiro pressuposto encontra-se ligado à preservação do meio ambiente (biomas), por meio do emprego de tecnologias que impactariam em menor grau os mais variados biomas presentes nos territórios rurais brasileiros. Nesse momento, surge um termo amplamente empregado até os dias atuais, que é produção sustentável. O segundo pressuposto diz respeito às condições de vida das pessoas que residem e trabalham nos territórios rurais. (ZUIN, QUEIROZ, 2015, p.4)

Com a introdução desses dois novos pressupostos produtivos, podemos observar que o centro da atenção dos gestores, o qual era preponderantemente a lucratividade, agora se desloca, dando lugar também para a sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. (ZUIN, QUEIROZ, 2015, p.5)

Diante disso, é notável que o olhar do produtor e de seus colaboradores saem do modo reduzido, onde era focado apenas para seu empreendimento e passa ser um olhar mais interativo com o ambiente ao seu redor, e desta forma ele passa a interagir mais e vê agora o ambiente como um todo.

A compreensão do agronegócio, em todos os seus componentes e inter-relações, é uma ferramenta indispensável a

todos os tomadores de decisão, sejam autoridades públicas ou agentes econômicos privados, para que formulem políticas e estratégias com maior previsão e máxima eficiência. (SILVA, 2016, p. 15)

6. CONCLUSÃO

Com o crescimento na demanda por produção agrícola, o termo agronegócio surgiu com intuito de ajudar a suprir as necessidades nesse segmento. Antes disso os setores da economia eram divididos em apenas três segmentos, onde a agricultura era o setor primário.

Porém, houve uma necessidade de mudanças, e isto ocasionou a disseminação do termo agronegócio, que não é apenas relacionado a agricultura, mas sim, a toda cadeia que está relacionada a ela, que vai desde a plantação até os insumos utilizados e a industrialização dos produtos.

Com o crescimento do agronegócio, houve também um crescimento nos impactos ambientais devido a utilização de máquinas e implementos agrícolas e o uso excessivo de agrotóxicos.

Com base nos dados levantados sobre o desmatamento de biomas, houve a preocupação por parte de governantes de vários países, e sendo assim, criaram modelos de gestão ambiental, para corrigir os impactos que foram causados e evitar que surgisse outros.

Com a preocupação em relação ao meio ambiente, foi cobrado medidas de desenvolvimento sustentável e o mercado consumidor tornou-se mais exigente em relação a origem do alimento presente na sua mesa.

Portanto, a sustentabilidade passou de ser apenas alguma coisa de moda e se tornou um diferencial competitivo para as empresas que estão no mercado. E contribui para que houvesse uma diminuição dos impactos ambientais no agronegócio.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FENKER, Eloy Antônio. et.al. **Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos**. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.mnhbiblioteca.com.br/#/books/9788597001181/cfi/4!/4/4@0:0.00>. Acesso em: 06 maio 2018.
- FERNANDES NETO, Silvana. et.al. **Impacto Ambiental: agroindústria processadora de óleo de mamona/PB**. Revista Ciência e Natura, UFSM. Campina Grande, p. 141 – 154, 2008.
- Impacto do agronegócio sobre ambiente e saúde: desafios à produção do conhecimento**. Escola Nacional de Saúde Pública. 03 nov. 2009. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/18939>. Acesso em: 28 abr. 2018.
- JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão ambiental nas Organizações: Fundamentos e Tendências**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- PASSOS, Pedro Luiz. **O improvável também acontece**. In: Seminário Internacional sobre Pequenos Negócios, São Paulo, 2012, p. 91 –
- RAMOS, Nilza Patrícia. LUCHIARI JUNIOR, Ariovaldo. **Atividade agrícola**. Agência Embrapa. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONT1.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- SANTOS, Carlos Alberto dos. **As três dimensões da sustentabilidade**. In: Seminário Internacional sobre Pequenos Negócios, São Paulo, 2012, p. 75 – 90.
- SILVA, J.A. da. **Gestão eficiente do agronegócio para produtores rurais**. 2016. Monografia (Pós - graduação em Gestão Empresarial) – Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – Unisalesiano, Lins.
- SILVEIRA, Luciano. **Gestão ambiental: Conceitos importantes**. Disponível em: <https://iusnatura.com.br/gestao-ambiental-conceitos-importantes/>. Acesso em: 01 mai. 2018.
- ZUIN, Luis Fernando Soares. QUEIROZ, Timóteo Ramos. (Coord.). **Agronegócio: Gestão, Inovação e Sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2015.